

PT 40 anos - E agora?



Por Julian Rodrigues*

Interpretações sobre o período 2003-2016 que desconsiderem o peso de nossa herança escravista, o caráter predatório e subalterno das elites nacionais, a dependência externa, a influência dos EUA não são nem acadêmica nem politicamente relevantes

A

história oficial, o “mito fundador” sobre o surgimento do PT ressalta como diferencial a construção de um partido de esquerda organizado por baixo e dirigido pelos próprios trabalhadores. Também se orgulha do caráter plural, democrático e não doutrinário dessa organização fundada em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo.

A

despeito de certa arrogância e triunfalismo de tal narrativa fundacional petista - que não raro resvala em desconhecimento histórico, reprodução de senso comum e/ou boa dose de anticomunismo - o fato concreto é que a singularidade, as características únicas e o processo de complexo e plural formação do Partido dos Trabalhadores realmente são extraordinários.

O

PT surgiu em um país latino-americano, periférico gigante, com significativo nível de industrialização, forte economia, péssima distribuição de renda; organizado a partir da herança escravista, no fim de uma ditadura militar que quase dizimou todos grupos e militantes organizados da esquerda, em um momento no qual o mundo capitalista girava em direção ao neoliberalismo - e o mundo socialista começa a mostrar sinais de crise e de esgotamento de seu modelo.

De

maneira imprevista, inusitada e singular, a partir das gigantescas mobilizações de operários do ABC e da liderança de Lula, se aglutinaram sob uma mesma legenda, pessoas e organizações das mais distintas concepções, territórios, origens sociais e experiências.

Trabalhadores

rurais, bancários, metalúrgicos, professores, petroleiros, estudantes, intelectuais e artistas tão expressivos e diversos como Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido, Mário Pedrosa, Lélia Abramo, Hélio Pelegrino, Eder Sader, Paulo

a terra é redonda

Freire, Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Henfil, Frei Beto. Padres, teólogos, freiras, milhares de católicos da teologia da libertação, correntes trotskistas de diferentes IV Internacionais; comunistas de muitas e muitas origens e organizações, os novos movimentos feministas, negro, indígena, LGBT, um tanto grande de democratas e progressistas. Frente tão heterogênea quanto dinâmica e democrática.

A identidade do PT se constituiu a partir da ideia de um partido genuinamente classista em luta contra a ditadura e pela redemocratização – compromissado com pluralismo interno, com a intransigente defesa das reivindicações dos trabalhadores e com o socialismo democrático.

Destaco esses elementos para reforçar que esse amálgama, se não foi capaz de gerar um programa e uma estratégia socialistas com contornos nítidos e densidade, sobretudo em seus primeiros anos, propiciou o surgimento de sínteses e formulações muito inovadoras, aglutinadoras e mobilizadoras, que criaram os alicerces para o imenso crescimento do Partido.

Embora majoritariamente nunca tenha sido um partido de tipo marxista/comunista/revolucionário/leninista, o PT nasceu e se reafirma, até hoje, em todas suas resoluções o seu caráter socialista – é o cerne de seu projeto histórico. Em sua originalidade e diversidade, nunca se caracterizou como um partidosocialdemocrata de tipo ideal, sobretudo no período anterior à eleição de Lula. Até porque não há espaço para a tradicional socialdemocracia europeia em terras latinas – como, aliás, a reação golpista das elites e dos EUA aos embriões de *Welfare State* semeados pelos governos do PT deixaram evidente.

Anos 1980: V Encontro e Constituinte

A transição da ditadura para o regime liberal-democrático, cujos marcos são a Constituição de 1988 e as eleições de 1989, se constituem em elementos indissociáveis da formação e das lutas do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, a história do PT em si mesma se funde com o processo de instauração e desenvolvimento no período histórico iniciado no fim dos anos 1980 – e encerrado com a derrubada de Dilma Rousseff – momento em que as classes dominantes e o imperialismo rompem com um princípio liberal-democrático elementar: acatar o resultado do sufrágio universal.

As lutas populares e sindicais em ascensão, a fundação da CUT, do MST, as greves, passeatas, mobilizações foram fundamentais para formatar a Constituição de 1988. Um texto muito avançado – não só em termos de direitos fundamentais, mas também no estabelecimento dos direitos sociais (o SUS, por exemplo), trabalhistas e na concepção de modelo econômico – a parte que foi desmontada primeiro, já no início dos anos 1990.

a terra é redonda

Ao

mesmo tempo em que se organiza em todo o país, fervilha a disputa no interior do PT, com acirrados debates teóricos, programáticos e táticos. O grande referencial da década foi o V Encontro Nacional do Partido em 1987, ponto alto da elaboração partidária - até hoje não superado. [Uma atualização e reapropriação das resoluções do V Encontro, aliás, talvez possam contribuir para armar o PT para os tempos atuais].

Para

além da detalhada e precisa análise da conjuntura da época, da tática, da política de alianças partidárias e sociais (a ideia do bloco democrático-popular), o centro da formulação se concentrou em estabelecer o programa democrático-popular (PDP), chave da estratégia.

O

PDP seria implementado a partir da conquista do governo federal por um candidato socialista e operário: "o que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade - tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo" [1].

Naquele

momento o PT resolveu, por maioria sólida, os grandes dilemas tático-estratégicos, assumindo - sem o mencionar - a "via chilena" para a construção do socialismo. Disputar eleições como forma de acumular forças para chegar ao governo federal, fazer reformas estruturais e iniciar um conturbado processo de transição ao socialismo. Descartava-se, portanto, tanto vias de tomada do poder insurreicionistas, como greve geral revolucionária, foquismo, guerrilha urbana ou guerra popular prolongada.

Elaborou-se

uma mediação que depois ficou conhecida como "estratégia da pinça" - combinação de luta social e luta institucional, com prioridade para a conquista do governo federal (Lula lá), símbolo-alavanca do bloco democrático-popular e materialização do projeto transformador. [Tática, aliás, que pode ser reposta e atualizada em tempos bolsonaristas, como mostram as últimas pesquisas. João Pedro Stédile define assim: "Lula é candidato permanente do povo à presidência da República". Expressão máxima da força popular acumulada e da possibilidade de mudanças].

Ironia

maior, voltando ao V Encontro: a provável reação das classes dominantes a essa estratégia de reformas estruturais já era prevista. O campo democrático e popular deveria preparar-se para uma reação golpista do imperialismo e das oligarquias à implementação do nosso programa de reformas radicais. Desse confronto, estariam no horizonte tanto a ruptura socialista protagonizada pela esquerda quanto a restauração neoliberal liderada pela direita [A maioria do PT abandonou essa ideia - não acreditou na reação da direita, já que o programa fora rebaixado e confrontos frontais evitados].

a terra é redonda

As

bases tático-programática-estratégicas aprovadas em 1987 (somadas à resolução sobre o direito de tendência - que organizou a convivência entre os grupos internos) abriram caminho não só para a consolidação e a expansão do Partido como para o furacão que foi a campanha Lula 1989, o quase lá.

Institucionalização progressiva e nova estratégia

Embora

o primeiro Congresso partidário - ocorrido em 1991 sob a égide do choque neoliberal, do início da crise do governo Collor, mas, sobretudo, debaixo dos escombros do muro de Berlim (que atingiram e machucaram muitas cabeças comunistas, na ocasião transmutadas em cérebros entusiasticamente liberais) - tenha promovido debates de fôlego, ao fim e ao cabo, houve empate entre os setores mais moderados, aqueles que queriam fazer um giro liberal e os mais à esquerda. Nada mudou muito, de fato.

Passado

o impeachment de Collor e a derrota dolorosa para FHC em 1994, o ponto de inflexão da década foi mesmo o X Encontro Nacional do PT, em Guarapari (1995). Zé Dirceu foi eleito, por estreita margem, presidente do Partido. Começa a implementar outra estratégia e outra concepção de organização, bem distintas daquelas definidas em 1987.

Em

sintonia com os ares daqueles anos neoliberais de descenso da luta de massas, e considerando os espaços institucionais crescentes então ocupados pelo PT - nos parlamentos e governos municipais, principalmente - Dirceu opera segundo a lógica de construir um Partido mais institucional, eleitoral, menos militante (abandonando a política de nucleação e a formação de quadros). Age para restringir a influência dos setores socialistas, comunistas, radicais ou identificados como esquerda do PT.

Sem

abandonar o socialismo como horizonte estratégico, ou renegar sua visão estrutural de mundo e seu *chip* comunista (diferente de muitos outros expoentes partidários que giraram filosoficamente em direção ao liberalismo), José Dirceu liderou a adoção pelo PT, no II Congresso, em 1999, do conceito de "revolução democrática". Anos mais tarde essa formulação - na ocasião uma moderação programática para substituir a ideia-síntese do programa democrático-popular articulado com a transição socialista - veio a ser adotada por segmentos relevantes da esquerda partidária.

Dirceu

desenhou e erigiu a arquitetura política e organizativa que viabilizou a vitória eleitoral de Lula. Tratava-se de forjar uma aliança com setores do empresariado a partir de um programa assentado no crescimento econômico, no mercado de massas, nas políticas sociais, mas também na convivência pacífica

a terra é redonda

com os monopólios, com o imperialismo, com o agronegócio e até mesmo com o rentismo (vide a Carta aos Brasileiros).

Um

programa reformista moderado, promotor de grandes e inovadoras políticas sociais, direcionado a alterar o orçamento público, aumentando a fatia destinada aos pobres, sem, entretanto, taxar os ricos. Outra política de alianças, outro conceito, outra estratégia (de centro-esquerda); a ruptura objetiva com o programa democrático-popular de 1987-1989, cujo fundamento são as reformas estruturais (as antigas Reformas de base do governo João Goulart).

No governo federal

A

estratégia de Dirceu e Lula foi vitoriosa. Em todos sentidos. Teve seu auge, seus avanços, mas também seu teto. Tensões à parte com a inicial política econômica paloccista, o fato é que os dois governos Lula e partes do primeiro governo Dilma são um ponto fora da curva na história nacional. Ocorre que os limites dessa estratégia apareceram e derrotaram de maneira fulminante a experiência que vinha sendo conduzida.

O

PT cresceu muito nesse período, tanto em termos de filiados, como de parlamentares, de governos federais, municipais, estaduais. Nesse movimento, acentuou seu caráter de partido meramente eleitoral, reformista, institucional. Abandonou a formação de quadros - se distanciou crescentemente do papel de dirigente e organizador das lutas sociais.

O

PT desconectou-se da juventude e das novas gerações de militantes - sobretudo das vanguardas feministas, antirracistas, das universidades, ativistas digitais - hoje polarizadas pelo PSOL e outras organizações menores. As referências ao socialismo minguaram. Ilusões sobre o caráter democrático e generoso da classe dominante prosperaram. Muitos setores à esquerda saíram do Partido.

Alguns

dirigentes petistas não só se adaptaram ao sistema de financiamento eleitoral burguês como se corromperam de fato. Antonio Palocci é o símbolo maior dessa degeneração. Mas, registre-se. Diferentemente do que se tornou senso comum, é muito menor o número de quadros petistas que pessoalmente se corromperam do que os que somente se adaptaram à lógica da relação com as grandes empresas e do financiamento privado. A Lava-Jato não pode ser parâmetro para pessoas de esquerda.

O

debate político e acadêmico sobre os governos petistas, apesar de já extenso, apenas começou. Da real existência e significado do conceito de "lulismo" até as inúmeras controvérsias sobre políticas econômicas, políticas públicas, reformas, limites, erros, acertos e tudo o mais.

a terra é redonda

Todavia, interpretações sobre o período 2003-2016 que desconsiderem o peso de nossa herança escravista, o caráter predatório e subalterno das elites nacionais, a dependência externa, a influência dos EUA, as fragilidades teórico-programáticas-organizativas do conjunto das forças progressistas, a defensiva socialista mundial desde 1989, os enormes avanços em termos de políticas públicas e de apoio popular alcançados não contribuem de verdade para gerar sínteses e/ou explicações que sejam acadêmica ou politicamente relevantes.

Provavelmente o núcleo da concepção que levou à derrota da estratégia Lula-Dirceu, e envelheceu/burocratizou/enfraqueceu o Partido, seja o seguinte: a maioria dirigente se iludiu com o caráter supostamente democrático da burguesia e do aparato estatal. O conceito de “republicanismo” - roupagem pseudo sofisticada para certo idealismo liberal pequeno-burguês - ganhou status de paradigma partidário, alcancando a nível pretensamente teórico e estratégico o que era apenas senso comum, ilusão, despolitização, moderação e adaptação.

Nenhum dos governos liderados pelo PT se moveu no sentido de realizar reformas estruturais - agrária, urbana, política, tributária ou dos meios de comunicação. A política “republicana” considera o Estado e suas instituições como neutras e técnicas, como despidas de caráter e interesses de classe. Assim, bastaria fortalecer e prestigiar as Forças Armadas, o Ministério Público, a Polícia Federal (independente), o Supremo Tribunal Federal e por aí afora...

Seguindo essa concepção não foi alterada, nem mesmo parcialmente, a estrutura do Estado e de suas instituições: as polícias militares, a Polícia Federal, as Forças Armadas, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público ou o Judiciário - protagonistas da ruptura com a democracia iniciada 2016.

Depois do golpe, da destruição operada pela Lava-Jato, da prisão de Lula, da vitória de Bolsonaro, da ascensão da direita na América Latina é impossível deixar de constatar: o PT está desafiado a discutir profundamente o caráter do Estado capitalista no Brasil e a voltar a debater verdadeiramente uma estratégia-programa. Mais ainda: precisará atualizar sua compreensão acerca das classes sociais, sobre o processo de constituição da nova vanguarda e do bloco histórico que protagonizará a conquista do governo federal, sobre a implantação de reformas estruturais e sobre a transição socialista.

Haverá outros 40?

O PT é muito, muito grande. Enraizado, representativo e bastante forte - para desgosto de seus inimigos à direita e dos seus adversários à esquerda.

Embora

a terra é redonda

envelhecido e enfraquecido, bastante engessado, meio desanimado, ainda é a principal força progressista e popular do Brasil. Lula e o PT continuarão polarizando a disputa política no país por algum tempo.

Todavia, as dificuldades do Partido enquanto ferramenta para liderar a ultrapassagem do ciclo bolsonarista, enfrentar o neofascismo e operar eficientemente dentro desse novo regime político (Estado de exceção) são cada vez mais evidentes. O VII Congresso do PT não estabeleceu um salto qualitativo em temos de elaboração de programa, tática ou diretrizes organizativas. Manteve, entretanto, uma tática e postura combativas e polarizadoras, implementadas/sustentadas por Lula e Gleisi desde 2017 - alguns setores do campo majoritário mais centristas e moderados foram derrotados.

Lula é o ponto dinâmico, a liderança de massas e o maior dirigente de fato do PT. O quadro mais antenado, preparado, respaldado, que fala com milhões - um gênio, liderança popular rara - inclusive, está, hoje, mais à esquerda do que grande parte dos quadros dirigentes - de distintos agrupamentos internos.

O Partido dos Trabalhadores como o conhecemos hoje é resultado do processo político que se iniciou quando da promulgação da Constituição de 1988. Ocorre que o mundo e o país adentram em um novo período histórico. Não vivemos mais sob um regime democrático-liberal. O governo Bolsonaro é ultraliberal e neofascista.

Conseguirá o PT se reconstruir como a principal força organizada de esquerda? Saberá combinar sua força eleitoral com a mobilização social e as batalhas culturais-ideológicas? Seguirá sendo a ferramenta principal do bloco popular, socialista e democrático na luta contra as forças bolsonaristas e contra os ultraliberais?

Poderá voltar a se constituir como um polo aglutinador de jovens, formador de quadros, organizador da luta social, mobilizador de massas - reconectado com o povo, tensionador da ordem capitalista, rupturista, o polo principal da disputa ideológica-política-cultural no país?

São questões definitivamente em aberto. As respostas a serem construídas nos próximos anos definirão a existência e/ou relevância do PT nas quatro décadas vindouras.

Parabéns pelos seus 40 aninhos Partido dos Trabalhadores. Vida longa e próspera!

***Julian Rodrigues**, militante do PT-SP, é ativista do movimento LGBTI e de Direitos Humanos.

Notas

[1]

Resolução Política V Encontro Nacional do PT. In: Jorge Almeida (org.). *Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-1998*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

A Terra é Redonda